

RELAÇÕES ENTRE AS CAPITANIAS DA BAHIA DE TODOS OS SANTOS E SERGIPE DEL REY: UM OLHAR PARA OS ASPECTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS NO PERÍODO DOS SETECENTOS.

ELIELMA BARBOSA LISBOA*

Resumo:

Nesta pesquisa buscamos entender e identificar alguns aspectos das relações existentes entre a Capitania da Bahia e Sergipe Del Rey no período dos setecentos – vale lembrar que no século dezoito a Bahia se encontrava como principal polo da economia da Colônia e a economia de Sergipe Del Rey tinha o papel de complementar a economia da Bahia. Ressalto ainda que é pequeno o número dos estudos que analisam as relações entre as Capitânicas no Brasil e suas particularidades. Para este estudo fizemos usos de documentos que compõem o Projeto Resgate, grande fonte para os estudos da Colônia portuguesa. Foram utilizados requerimentos, cartas e petições referentes à Sergipe e Bahia, aplicando o método proposto por Carlo Ginzburg – o método Indiciário, que tem por princípio à análise dos pequenos vestígios em um objeto foi resultante essa produção. Também utilizamos as correspondências trocadas entre as autoridades que estão depositadas no APEB. A pesquisa ainda esta em andamento, os dados até o momento evidenciam que no campo administrativo a Capitania de Sergipe possuía certa autonomia da Bahia e estava sujeita sobretudo aos interesses locais. E no campo econômico as relações de trocas eram intensas e a Capitania da Bahia dependia de alguns produtos que eram fornecidos pela de Sergipe.

Palavras Chave: Capitânicas, administração, Sergipe Del Rey.

Introdução

Este artigo versa sobre as discussões suscitadas na pesquisa de iniciação científica, com o propósito de identificar e analisar as diversas relações existentes entre as Capitânicas da Baía de Todos os Santos e de Sergipe Del Rey no período dos

setecentos, enfatizando as do campo político, entendendo que existem muitas lacunas a serem preenchidas no que diz respeito às relações da capitania da Bahia e Sergipe.

Com o intuito de entender estas relações foram realizadas diversas leituras e fichamentos que versam sobre a temática, além disso, foram transcritos e analisados documentos do Projeto Resgate (cartas, requerimentos, petições e outros), referente às questões de doações de sesmarias, jurisdição e administração. Para as análises dos documentos aplicamos o método indiciário proposto por Carlo Ginzburg que enfatiza a importância da análise e da investigação durante uma pesquisa, à análise dos pequenos vestígios em que possibilitam a compreensão e entendimento de um objeto, abordando que o conhecimento histórico é indireto, indiciário e conjectural.

Entendendo que ainda são poucos os estudos que analisam e discutem sobre as relações das capitanias e suas particularidades, como afirma Laura de Melo e Souza (2009) em *Política, e administração Colonial: problemas e perspectiva*, trazendo discussões sobre os estudos acerca da administração portuguesa no Brasil dos tempos coloniais, ao afirmar que o mesmo foi relegado a um segundo plano. A autora cita outros teóricos para justificar que a maioria dessas investigações são feitas por historiadores estrangeiros: Charles Boxer, Stuart Schwartz, John Russell-Wood, sob a tradição, anglo-saxônica. Ressaltando que a autora adverte que com a expansão dos programas de pós-graduação se intensificou o interesse pela história do Império Português, surgindo novas pesquisas e estudos sobre a administração colonial¹. Vale ressaltar que os novos estudos apontam que no período colonial as relações entre as capitanias extrapolaram o campo econômico e administrativo devido as suas particularidades e demandas, possibilitando um novo entendimento acerca da construção da sociedade colonial.

Sabemos que no século XVIII a base da economia da Capitania da Bahia de Todos os Santos se concentrava principalmente no plantio de cana e fabrico do açúcar, fazendo da Bahia um dos alicerces da economia colonial, e Sergipe Del Rey estava ligado diretamente com a Capitania da Bahia, pois a mesma era uma das regiões que fornecia alimentos, para o abastecimento da cidade de Salvador e o Recôncavo, criando em Sergipe a relevância dos cargos administrativos da capitania, ressaltamos que esta ligação estava além das questões econômicas e políticas.

Com a finalidade de entendermos estes entrelaço fundamentamos em alguns autores que discute ou mencionam sobre as relações existentes entre as Capitanias. Podemos citar Stuart Schwartz² que em seus estudos cita algumas dessas relações entre a Capitania de Sergipe e a da Bahia, principalmente no que refere à economia, como caracterizou o processo da economia, mas também nos possibilita entender como ficou o cenário político-administrativo da capitania através das concessões de cargos. Lembrando que ao pontuar as questões ligadas à economia e administração o autor traz análises e investigações da estrutura açucareira e suas intervenções na sociedade baiana, bem como em outras localidades que possuíam alguma relação, destacando Sergipe Del Rey, quando afirma que:

“Desde a década de 1570 os baianos tentaram a conquista de Sergipe El-Rey, mas a efetiva penetração na área só aconteceu dois decênios mais tarde [...] Criadores de gado baianos, como a família Garcia d`Ávila, possibilitaram o desbravamento do interior de Sergipe ao avançarem com seus rebanhos ao longo do São Francisco e de outros rios – especialmente o Cotenguiba, o Sergipe e o Japarantuba”. (SCHWARTZ, 1988, p. 91).

Vale lembrar que um dos fatores de grande influência para o surgimento de cargos administrativos e políticos foi o crescimento do açúcar, que nos setecentos era à base da economia baiana e mediante a demanda comercial deste produto, foi preciso aumentar o seu cultivo, que inicialmente produzido no Recôncavo, foi se adentrando ao sertão, aliado a criação de gado no território da Capitania de Sergipe. Advertindo que o autor citado não faz uma análise aprofundada dessas relações que através do surgimento da cana teve a necessidade de ter um melhor aparelho burocrático.

Além do plantio de cana nas terras sergipanas, a criação de gado nas terras de Sergipe favoreceu para o seu crescimento, aumentando o processo das doações de sesmarias no sertão principalmente para o cultivo de produtos manufaturados que abastecia a Bahia, como descreve Thetis Nunes, que com as doações de sesmarias, a expansão do gado em Sergipe iniciou a partir do rio Real, lembrando que as primeiras sesmarias foram doadas com o intuito de povoar o interior, para a criação de gado e outros produtos de subsistência, como: o cultivo de mandioca, batata-doce, o cultivo de fumo e algodão³.

Quem também pontua sobre os produtos produzidos em Sergipe é Ferreira Junior ao afirmar que o fato da produção de Sergipe somar-se a produção da capitania da Bahia, sendo exportada pelo porto de Salvador, a produção açucareira era a que possuía maior destaque. E, a Capitania de Sergipe além do açúcar produzia outros artigos, como a farinha de mandioca, fumo, algodão e também na criação de gado⁴.

Para o autor Barickman a produção de Sergipe teve um papel de grande relevância, ao afirmar que a carne- do- sertão era a maior fonte de proteínas dos escravos, junto com a farinha de mandioca, fazia a base da alimentação desses escravos, além disso, traz que a capital baiana constituía, portanto, um dos mais importantes mercados urbanos do Brasil nos séculos XVIII, e XIX⁵ aumentando o consumo de carne.

Além disso, Sheyla Faria⁶ discute em sua dissertação, trazendo análise das fortunas de Estância no século XIX, lembrando que Estância é uma vila pertencente à capitania de Sergipe Del Rey, e por conta disso a autora cita as relações econômicas entre as Capitânicas, assegurando que através do rio Real foi possível um maior contato com o mercado baiano, pois a aproximação do rio entre as duas capitânicas facilitou via navegação à comercialização de produtos que abastecia a Bahia, bem como no tráfico de escravos que abastecia a Capitania de Sergipe. Destaca ainda a sua importância na produção de gêneros alimentícios que abastecia o mercado baiano, recebendo deste os investimentos, via empréstimos das firmas exportadoras de açúcar, necessários para a montagem dos primeiros engenhos. Em virtude dos empréstimos assumiam o compromisso de vendê-lo com vantagens financeiras ao mercado baiano ⁷. Advertindo que o foco da autora é Estância e sua dissertação corresponde ao século XIX e o período estudado é século XVIII. Todavia, podemos especular que essas relações se iniciaram no século XVIII.

POLITICA, ADMINISTRAÇÃO E PODER;

Para entendermos o processo das relações entre as capitânicas de Sergipe Del Rey com a Capitania da Bahia, fundamentamos em buscar compreender os campos político-administrativo e econômico com o intuito de mostrar que Sergipe possuía grandes entrelaço com à da Bahia, a autora Thetis Nunes apresenta que o Brasil-

colônia, o desdobramento do poder real se fez através do Governador-Geral, capitães - mores, ouvidores e autoridades municipais que manipulavam um corpo burocrático sem atribuições especificamente definidas, fazendo usos de Alvarás, cartas-régias, decretos e leis, para compor toda uma complexa regulamentação, às vezes contraditória, mas que caracterizava a burocracia lusa⁸. Ressaltando que este desdobramento favoreceu para a proximidade entre as duas capitanias.

Outro ponto relevante são as discussões trazidas por Pedro Puntoni, O autor inicia seu artigo falando sobre a criação das vilas na América portuguesa, que antecedem a criação do estado do Brasil, pois antes da criação da cidade de Salvador, sede do governo do Brasil, já existiam algumas vilas. Um ponto relevante em sua discussão é sobre como estas vilas eram regidas. Para o autor eram: “regidas pelos forais que previam a delimitação de um território e seus habitantes, administradas pelo senado da câmara, por juízes, um procurador, escrivão, almotacel e outros pequenos funcionários, essas corporações locais desempenharam as mesmas funções e atividades relacionadas à higiene, abastecimento, tributação, segurança, etc⁹.”. (PUNTONI, 2009, p. 371). Portanto entender o papel das câmaras municipais requer investigações e minúcias o que podemos observar no documento¹⁰ do ano de 1724, feito na Bahia, referente às queixas sobre os comportamentos dos bacharéis. Carta do conde de Sabugosa Vasco Fernandes Cesar de Menezes enviada ao rei, informando sobre as queixas dos oficiais da câmara de Sergipe Del Rey, sobre os insultos que os moradores sofriam dos bacharéis. Outro documento relevante é a Carta¹¹ do ano de 1750 feita na Bahia pelo vice-rei e capitão general do Brasil conde de Atouguia Luís Peregrino de Ataíde para o rei D. João V, informando sobre o parecer dos oficiais da câmara da cidade da Bahia acerca do requerimento feito pelos oficiais da câmara de Sergipe Del Rey que pedem para não serem mais fintados, sobre a isenção que pretendem dos últimos pagamentos do donativo, com o pretexto de dizerem que os tem já satisfeito levando lhe em conta o abatimento de oitocentos e cinquenta mil reis todos os anos que dizem lhe fizera o conde de Sabugosa quando servia de vice - rei deste estado. Lembrando que estes impostos eram pagos ao vice-rei e Capitão general do Brasil, nomeado pelo rei, tinha como função manter e administrar o estado e informar a coroa sobre qualquer eventualidade na colônia.

Entendendo que a administração das vilas e cidades possuíam diversos cargos, e muitas vezes despertava o interesse de muitos cidadãos, mas também havia interesse da Coroa, pois muitas vezes eram cobrados impostos, como podemos observar na Concessão ao cargo¹² de serventia do ofício de tabelião do judicial e notas e mais anexos, provisão regia do ano de 1757 em que o rei D. José I, faz mercê Francisco de Gouveia, na vila de Santo Amaro das Brotas da capitania de Sergipe Del Rey. Neste documento podemos perceber Como era concedido os cargos administrativos e judiciais, que em alguns casos, quem indicava estas pessoas era o rei, mas caso o indicado não pudesse exercer tinha liberdade para indicar alguém ao cargo .É ainda notável a cobrança de impostos para estes cargos, os indicados eram obrigados a oferecer donativos para a Real Fazenda. Um exemplo é a petição¹³ de José Correia de Araújo, antes do ano de 1738, pedindo ao rei D. João V, a confirmação da carta patente para o posto de Sargento Mor de um regimento de Cavalaria em Sergipe. Este cargo faz parte do órgão das Companhias de Ordenanças, um ponto relevante no documento refere-se que o rei ordena que o capitão mor da capitania de Sergipe Del Rey, passe o posto, depois que seja feito o juramento na câmara da cidade de São Cristovão onde deve guardar e executar todas as suas ordens de palavra.

Uma das instituições que traz indagações e minúcias no esquema político-administrativo trazido da metrópole é a criação da Câmara Municipal, Órgão colegiado, cabia – lhe administrar a menor fração administrativa da colônia- a Vila, exercendo, ao mesmo tempo, funções político-administrativas, judiciais e fazendárias, apresentando assim suas peculiaridades. Ainda era função sua eleger o capitão-mor das ordenanças, órgão das Companhias de ordenanças, quem nomeava era o rei, estes cargos eram confirmados através do Conselho da Majestade em Lisboa. O Capitão-mor era responsável pelas ordenanças de uma cidade, ou Vila. Requisito: Ser pessoa residente nos limites da vila, cidade ou conselho. Lembrando que as indicações destes cargos às vezes geravam conflitos internos. Como podemos perceber no Ofício¹⁴ de 27 de julho de 1762, referente à suspensão e prisão do capitão mor da Capitania de Sergipe Del Rey, Joaquim Antônio Pereira da Serra Monteiro Correia, para cumprimento das investigações é designado o desembargador Joaquim José para a retirada da devassa. No requerimento fica evidente que o dito capitão deveria ser conduzido, preso na cidade da

Bahia devido aos seus maus procedimentos, de acordo com as investigações no documento o capitão mor estava sendo acusado de extorquir consideráveis somas de dinheiro das pessoas, se alto beneficiando e perturbando o sossego do público.

Entendendo que o processo de doações de sesmarias teve um papel importante para a povoação das terras em Sergipe Del Rey, pois com o crescimento e expansão em meados do século XVII para o XVIII dos pastos para a criação de gados e também na plantação de cana-de-açúcar, mandioca, batata doce, algodão e o cultivo do fumo. Possibilitou um crescimento e surgimento de povoados e vilas por toda a capitania de Sergipe, contribuindo para aumentar o poder de jurisdição e tributação. Observando e analisando a uma carta¹⁵ do conde das Galveas André de Melo e Castro vice-rei e capitão general do Brasil, encaminhado ao rei D. João V, sobre o parecer feito pelo capitão mor de Sergipe Del Rey, que o mesmo capitão mor pede ajuda de custo de cinquenta mil reis para as vilas de Itapecuru e Abadia para passar mostras, ou seja, cobrança de impostos devemos salientar que com o crescimento econômico maiores seriam os interesses das pessoas envolvidas na administração e jurisdição deste período. Vale lembrar que estas vilas hoje são território da Bahia.

Podemos perceber que muitas vezes existiam pequenos conflitos na divisão de jurisdição, devido algumas vilas ficarem próximas do limite das Capitânicas. Como podemos notar na análise do documento. Carta de resposta onde os moradores do Rio Real da praia da Freguesia de Nossa Senhora da Abadia, que escreve ao arcebispado da Bahia, enviado ao rei no ano de 1725, pedindo provisão para que os ouvidores de Sergipe Del Rey não ultrapassem os limites do termo de sua jurisdição. Lembrando que isso acontece porque a dita Vila se encontra as margens do rio Real, cuja jurisdição se divide com a da cidade e capitania de Sergipe pelo mesmo rio da margem dela pela a parte do sul fica o termo da cidade da Bahia e na mesma forma do dito rio [...] a partir do norte fica o termo da dita cidade e capitania de Sergipe¹⁶. Ressaltando, que havia um controle sobre a divisão das comarcas, e jurisdição, por meio da demarcação de terras, pois através das mesmas eram cobrados impostos. Como nas análises feita no documento¹⁷ sobre o requerimento do vice-rei e governador geral do Brasil Vasco Fernandes Cesar de Menezes, sobre a divisão de comarcas e jurisdição, em resposta da provisão regia do rei D. João V, onde vai fazer a divisão da capitania de Sergipe e suas

anexas, através da demarcação de terras. No documento cita que o dito governador lhe declarasse a divisão de suas comarcas, e jurisdições, dividindo a dita comarca de Sergipe Del Rey até onde chama Itapoã para a parte Sul, e ao norte até o Rio de São Francisco. Além disso, são relatadas as queixas de que nos lugares chamados Itapecurú, Inhambupé, Abadia, Rio Real e suas vizinhanças se tinham feito muitas mortes e outros vários delitos. Por esta razão a necessidade de se determinar a divisão de sua comarca.

Advertindo o poder das vilas no crescimento da Capitania, e através das investigações levantadas nos documentos, notamos a necessidade de povoamento e desenvolvimentos das mesmas, como no documento sobre a mudança da vila de Santa Luzia do Piagui para o sitio de Estância, carta do conde de Sabugosa vice-rei e capitão general do Brasil Vasco Fernandes Cesar de Menezes para o rei D. João V, no ano de 1738; são dois documentos referentes, que fica evidente que a vila deve ser estabelecida onde for mais propicio para plantação e crescimento da população, sendo assim, a vila deveria ser elevada em Estância¹⁸. Ainda é dito no documento que devido à vila de Santa Luzia do Piagui, não ter tido aumento em povoadores e construções, comprometendo para que houvesse uma incerteza de ficar em aquele sítio a vila, no documento fica evidente o interesse para o sitio de Estância, por possuir uma boa capacidade de plantar e cultivar, além disso, possui um numero maior de moradores “acomodado para se fazer populosa”.

Em outro documento¹⁹ fica evidente o interesse da população na ereção da vila de Estância como notamos na carta do vice-rei do estado do Brasil o conde dos Arcos D. Marcos de Noronha comunicando ao rei D. José sobre um parecer favorável para a criação da vila de Estancia. Carta feita no ano de 1757. Nesta carta ele relata que tanto a nobreza quanto o povo está de acordo que se ergue uma vila na povoação de Estancia. Um ponto a se questionar é que no documento menciona sobre plantações, mas não dizem quais seriam estas plantações e, além disso, sobre a mudança não encontrei outro documento para saber se realmente foi erguida a vila em Estância. De acordo com a autora Sheyla Farias²⁰, Estância se tornou vila no ano de 1831, e suas principais plantações eram de cana-de açúcar, mandioca, fumo e outros produtos, que fez deste povoado um dos principais centros econômico em Sergipe elevando-se a categoria de vila no ano acima citado.

Ressaltando que através da fiscalização e cobranças de impostos, intensificaram os conflitos, em virtude do crescimento, onde “*maiores seriam os problemas que passaram a desafiar as autoridades locais, sob influência de fatores externos e internos.*”²¹. Isto contribui para as inúmeras reclamações entre as capitanias, observamos que muitos desses impostos eram cobrados por eclesiásticos, como podemos ver no documento referente a carta do arcebispado da Bahia, no ano de 1731, onde Luís Álvares de Figueiredo, ressaltando que no documento não diz quem ele é, carta escrita ao rei D. João V, respondendo sobre a ordem real, apresentando as queixas dos moradores da capitania de Sergipe Del Rey, onde alegam serem humilhados com as altas cobranças dos visitantes eclesiásticos baianos, sendo multados as pessoas por crime de concubinatos, que alegam que se tornou perseguição e muitas vezes eram boatos de má fé²². Outro documento refere-se ao documento²³ no ano de 1712 expedido na Bahia pelo governador geral do Brasil Pedro de Vasconcelos ao rei D. João V, sobre a resposta da carta regia sobre as cobranças das dividas nas capitanias de Ilhéus, Sergipe Del Rey e Espirito Santo. Trazendo a necessidade de que os oficiais das câmaras e ou ouvidores executem a cobrança da dívida, referente à cobrança das fintas do donativo do dote, e paz, percebemos que a Igreja também pagava impostos a Coroa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a ressalva de que a pesquisa se encontra em andamento podemos afirmar que as relações entre Sergipe e Bahia ultrapassaram os campos econômicos, mas teve ligações administrativas, criando-se uma relação de dependências entre ambas, entrelaçando sua produção e tributação, pois os impostos cobrados e recebido de Sergipe eram somados a economia da Bahia. E diante disso podemos afirmar que as mudanças ocorridas com o crescimento da economia possibilitou o crescimento das vilas e povoados na Capitania de Sergipe Del Rey, surgindo diversos cargos administrativos e jurídicos que norteava o desenvolvimento da capitania e fortalecia os seus laços com a capitania da Bahia.

Além disso, havia conflitos no que se refere às questões de jurisdição, e impostos. E as questões administrativas estavam ligadas, sobretudo aos interesses

locais, mas sobre uma vigilância da Coroa, através da criação de órgãos responsáveis pela administração Colonial, podemos citar o Tribunal da Relação da Bahia entre outros. Outro ponto relevante é que a maioria dos proprietários de terras em Sergipe possuíam cargos administrativos ou jurídicos, favorecendo para o crescimento dos seus negócios.

Advertimos que a pesquisa ainda necessita de minúcias e aprofundamentos dos documentos, com o escopo de entendermos melhor as relações das Capitanias de Sergipe Del Rey com a Capitania da Bahia de Todos os Santos, devido à complexidade existentes entre as mesmas. Ressalvo que esta área de estudo ainda muito carecida de novos historiadores para um fazer historiográfico que dê trato das questões colônias e suas dinâmicas, tem muito a nos revelar sobre a história do Brasil.

FONTES:

PROJETO RESGATE²⁴.

Cds Projeto Resgate: Sergipe.

Cds Projeto Resgate: Bahia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARICKMAN. B. J. **Um Contraponto Baiano. Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo/1780-1860**. Rio de Janeiro, civilização brasileira, 2003.

DIAS. Erika Simone de Almeida C. **Império, Administração e poder no Brasil Colonial: notas historiográficas**. Artigo publicado na Revista Ultramares, Nº 1, Vol.1, Jan- Jul. /2012.

DOMINGUES SOUZA, Cândido Eugênio. **“Perseguidores da espécie humana”: capitães negreiros da cidade da Bahia na primeira metade do século XVIII**. Salvador, 2001. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal da Bahia.

FERREIRA JUNIOR, Fernando Afonso. **Derrubando os mantos púrpuros e as negras sotainas. (Sergipe Del Rey na Crise do Antigo Sistema Colonial 1763-1823)**. Campinas, 2003. Dissertação (Mestrado em Economia)-Instituto de Economia, Universidade de Campinas.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História**. Tradução de Federico Carotti. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

- NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. 1. Ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2006.p.105.
- NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial II**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- SALGADO, Graça. **Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SILVA, S. Farias. **Nas teias da fortuna: homens de negocio na Estância oitocentista (1820-1888)**. Salvador, 2005. Dissertação. Universidade Federal da Bahia.
- SOUZA, Laura de Mello. **Política e administração colonial: problemas e perspectivas**. In: SOUZA, L. Mello. FURTADO, Junia F e BICALHO, Maria Fernanda (orgs). *O Governo dos Povos*, São Paulo, Alameda, 2009.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil Colonial: o tribunal superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751**. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo, companhia das letras, 2011.
- SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. Tradução de Laura Teixeira Motta. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

* Artigo para apresentação na comunicação do XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social (ANPUH-Nacional). Estudo suscitado através do Projeto de Iniciação Científica pela FAPESB- intitulado: *Nas margens do Rio Real: um estudo sobre as relações econômicas existentes entre as Capitânicas da Baía de Todos os Santos e a de Sergipe Del Rey nos setecentos*. Sob a orientação da Professora doutoranda Joceneide Cunha, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

¹ SOUZA, Laura de Mello. *Política e administração colonial: problemas e perspectivas*. In: SOUZA, L. Mello. FURTADO, Junia F e BICALHO, Maria Fernanda (orgs). *O Governo dos Povos*, São Paulo, Alameda, 2009.

² SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. Tradução de Laura Teixeira Motta. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

³ NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. 1. Ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2006.

⁴ FERREIRA JUNIOR, Fernando Afonso. **Derrubando os mantos púrpuros e as negras sotainas. (Sergipe Del Rey na Crise do Antigo Sistema Colonial 1763-1823)**. Campinas, 2003. Dissertação (Mestrado em Economia)-Instituto de Economia, Universidade de Campinas.

⁵ BARICKMAN. B. J. *Um Contraponto Baiano. Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo/1780-1860*. Rio de Janeiro, civilização brasileira, 2003.

⁶ SILVA, S. Farias. ***Nas teias da fortuna: homens de negocio na Estância oitocentista (1820-1888)***. Salvador, 2005. Dissertação. Universidade Federal da Bahia.

⁷ SCHWARTZ, Stuart. ***Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial***. Tradução de Laura Teixeira Motta. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

⁸ NUNES, Maria Thetis. ***Sergipe Colonial II***. 1. Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

⁹ Citando alguns destes cargos: Sargento de Infantaria- órgão da tropa das fronteiras. Atribuição: dar baixa aos almoxarifes quando algum soldado adoecer, comunicando à ouvidoria geral e à contadoria geral da guerra. Era necessário ter servido durante seis anos efetivos como soldado, e mais três anos de alferes ou dez anos efetivos como soldado. Capitão da Infantaria – nomeação provida pelo rei e era necessário ter servido durante seis anos efetivos como soldado, e mais três anos de alferes ou dez anos efetivos como soldado. Posto de Capitão Mor – órgão das Companhias de ordenanças, quem nomeava era o rei, estes cargos eram confirmados através do Conselho da Majestade em Lisboa. O Capitão-mor era responsável pelas ordenanças de uma cidade, ou Vila. Requisito: Ser pessoa residente nos limites da vila, cidade ou conselho. Ofício de tabelião do Judicial e Notas este cargo era exercido por ofício, criado pela câmara. Lembrando que a câmara era responsável pela criação de alguns cargos na administração das comarcas. Meirinho(s)- cargo criado no ano de 1534, nomeação feita pelo capitão-mor, suas atribuições é auxiliar o ouvidor ou juizes ordinários nas funções de justiça. Vereadores- órgão: câmara, eleito para servir durante o período de um ano, suas principais atribuições é auxiliar o governador-geral na resolução de casos não previsto no regimento, além disso, dar parecer nos casos em que o governador- geral mandar tirar devassa sobre o provedor-mor, etc.. Provedor-mor - cargo criado no ano de 1548, nomeação feita pelo rei, algumas das suas atribuições são: cuidar com os provedores de capitânicas, da arrecadação e aplicação das rendas pertencentes à fazenda real. Administrar em sua jurisdição os donativos e impostos das folhas eclesiásticas, gente de guerra e outros. Grifos meus. (SALGADO, Graça. *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985).

¹⁰ Cds Bahia avulsos: 03-32; rolo:021;pasta: 003;doc.nº 0518. - Projeto Resgate.

¹¹ Cds Bahia avulsos:12-32; rolo: 104; pasta: 001; doc. nº 0102.- Projeto Resgate.

¹² Cds. Sergipe - Inventário: nº397, caixa: 07, documento nº 43.- Projeto Resgate.

¹³ Cds. Sergipe - Inventário: nº314, caixa: 05, documento nº 41 - Projeto Resgate.

¹⁴ Cds Bahia, Eduardo Castro e Almeida .04; rolo:29; pasta 003; doc. nº 0433.- Projeto Resgate.

¹⁵ Cds .Bahia avulsos: 08-32; rolo:070; pasta:001; doc. nº 0085.-Projeto Resgate.

¹⁶ Cds. Bahia avulsos: 04-32;rolo: 026; pasta:002; doc. nº 0231.- Projeto Resgate

¹⁷ Cds. Sergipe- Inventário: nº159, caixa: 03, documento nº 28.- Projeto Resgate.

¹⁸ Cds. Bahia avulso: 05-32; rolo: 043; pasta: 002; doc. nº 0399.- Projeto Resgate.

¹⁹ Cds. Bahia avulsos: 17-32; rolo: 138; pasta: 002; doc. nº 0213.- Projeto Resgate.

²⁰ SILVA, S. Farias. **Nas teias da fortuna: homens de negocio na Estância oitocentista (1820-1888)**. Salvador, 2005. Dissertação. Universidade Federal da Bahia.

²¹ NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. 1. Ed. São Cristovão: Editora UFS, 2006.p.105.

²² Cds. Bahia avulsos : 05-032; rolo:044; pasta: 001; doc. nº 0173.- Projeto Resgate

²³ Cds. Bahia avulsos: 02-32;rolo: 008; pasta: 002; doc. nº 0357.- Projeto resgate.

²⁴ O Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco (**Projeto Resgate**) foi criado institucionalmente, em 1995, por meio de protocolo assinado entre as autoridades portuguesas e brasileiras no âmbito da Comissão Bilateral Luso-Brasileira de Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (COLUSO). Tem como objetivo principal disponibilizar documentos históricos relativos à História do Brasil existentes em arquivos de outros países, sobretudo Portugal e demais países europeus com os quais tivemos uma história colonial imbricada.

Aproximadamente 150.000 documentos dos sécs. XVI-XIX (cerca de 1,5 milhão de páginas manuscritas) relativos a 18 capitanias da América portuguesa e depositados no renomado Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU) - o maior acervo de documentação colonial brasileira no exterior - foram descritos, classificados, microfilmados e digitalizados. Publicaram-se 20 catálogos em 27 volumes, quatro guias de fontes e 380 CD-ROMs de documentos digitalizados. O penúltimo catálogo da documentação (Capitania da Bahia) está no prelo. No Brasil, os arquivos estaduais receberam cópia microfilmada da documentação pertinente ao passado colonial de seus respectivos territórios e a Biblioteca Nacional acolheu toda a coleção de microfilmes.

FONTE: http://www.cmd.unb.br/resgate_index.php.